# 3. Anexo 3 - Artigo de « Trinta Dias», mensal italiano modernista (órgão vinculado à igreja conciliar), retratando a história da 'beatificação' de Rosmini, condenado pelo Papa Leão XIII

**ANTONIO ROSMINI BEATO[34]**

História de uma causa tumultuada

O postulador da causa de beatificação retrata os passos que levaram Rosmini aos altares

por Claudio Massimiliano Papa
*do Instituto da Caridade*



**Vista da abadia beneditina da Sacra di San Michele, no Vale de Susa, que foi confiada aos rosminianos em 1836**

A reputação de homem de Deus que acompanhou Antonio Rosmini desde sua juventude é ainda reforçada por algumas graças obtidas por sua intercessão. O padre Francesco Paoli, seu primeiro biógrafo, vê nessas graças e na devoção crescente a ele a oportunidade de introduzir a causa de beatificação imediatamente após sua morte; ele consulta diversas pessoas, mas logo encontra aqueles que freiam sua iniciativa. Em contrapartida, **os cardeais Hohenlohe e Bartolini, assim como os bispos piemonteses de Casale e Turim**, se pronunciam a favor da causa de beatificação.

**Lorenzo Gastaldi, em particular, bispo de Turim,** não se contenta em apenas aprovar a iniciativa, mas oferece seus conselhos e apoio. Em uma carta ao padre geral Luigi Lanzoni, ele o pressiona escrevendo: «Você deve apresentar sem demora seu pedido à cúria de Novara para que o processo seja aberto...».

E este mesmo prelado apoia os padres rosminianos, enviando uma carta ao bispo de Novara na qual se diz certo de que ele aceitará «o pedido mais do que legítimo desses excelentes Pais, à oração dos quais acrescento a minha»; em seguida, declarando-se disposto a dar à causa toda a ajuda possível, conclui que «***trata-se de cooperar para a glória de um dos personagens que mais iluminou a Igreja e o clero neste século***».

**No dia 22 de abril de 1882**, o padre Paolo solicita ao bispo de Trento a permissão para coletar em seu diocesano testemunhos extrajudiciais sobre as virtudes do servo de Deus, com a intenção de abrir um processo informativo. A pesquisa foi iniciada, mas o processo não começou: não parecia prudente ao padre Lanzoni abrir «a grande causa de beatificação» naquele momento, **quando as obras de Rosmini estavam sendo examinadas pelo Santo Ofício.**

Foi exatamente com base nessa nova informação que o padre Lanzoni, no início de 1882, havia dirigido ao Papa Leão XIII o seguinte pedido: «... que pela graça, me sejam comunicadas (caso as notícias privadas fossem verdadeiras), pelo meio que Vossa Santidade encontrar mais adequado, ***as propostas que eventualmente poderiam ter sido incriminadas nas ditas obras, a fim***

***de esclarecer as obscuridades, ou seja, refutar as objeções que parecessem eventualmente ofender a santa doutrina da Igreja e da Sé apostólica***». Durante os dois anos seguintes, Paoli prossegue seu incansável trabalho, escrevendo a segunda parte do livro Della vita di Antonio Rosmini-Serbati, sob o título Delle sue virtù.

Nesta obra, ele não se limita a demonstrar as virtudes heróicas praticadas por Antonio Rosmini, mas acrescenta cerca de trezentos testemunhos sobre as virtudes e a santidade deste último, apresentados por pessoas do mundo eclesiástico e laico que o haviam conhecido. Embora o material provando sua santidade de vida tenha se tornado considerável, **os superiores do Instituto religioso acharam melhor adiar o pedido de abertura do processo de beatificação, especialmente após o decreto Post obitum de 1887 que indicava possíveis erros doutrinários em quarenta propostas extraídas das obras de Rosmini**. O eventual pedido de abertura do processo de beatificação é, portanto, momentaneamente colocado de lado e não é mais mencionado por quarenta anos.

**Foi em 1928 que o padre geral Balsari considerou oportuno tentar abrir a causa de beatificação de Antonio Rosmini.** Além das curas miraculosas que haviam surgido justamente naquele ano, que são a razão principal, também foi **o ano do centenário da fundação do Instituto da Caridade** e ao se engajar a favor de Rosmini, dava-se novo ânimo ao Instituto, enfraquecido e humilhado pelo fato de ter sido fundado por um homem que ainda não havia sido compreendido. E também era necessário evitar a perda dos poucos testemunhos de visão ainda existentes e garantir os testemunhos *de auditu*.

**A iniciativa de Balsari é incentivada não apenas pelas palavras do Papa, mas também pelo parecer do cardeal Gamba, arcebispo de Turim, e de Dom Mariani, secretário da Sagrada Congregação dos Ritos.** O pedido feito aos bispos de Novara e Trento recebe um parecer favorável. Em 13 de janeiro, recebe sem dificuldades **da Sagrada Congregação dos Ritos o mandato de procuração para o padre Giuseppe Sannicolò e para os dois vice-postuladores, com o nihil obstat emitido pela Chancelaria da mesma Congregação e assinado pelo substituto, Dom Di Fava.** Com base nos cânones 2038 e 2939, então em vigor, os bispos podiam, ***iure proprio***, instituir o processo informativo sobre a fama de santidade e o processo de não-culto. Enquanto **o bispo de Trento leva isso em consideração, instituindo o Tribunal e celebrando a primeira sessão, o de Novara escreve em 6 de janeiro de 1928 ao secretário de Estado, o cardeal Gasparri,** uma carta para solicitar informações. Como isso não era da sua competência, Dom Gasparri encaminha a carta ao **procurador geral da fé, Dom Salotti**. Após suas considerações sobre o caso Rosmini, ele responde ao bispo de Novara desaconselhando a introdução da causa de beatificação para «não reavivar antigas polêmicas, incitar discussões nem oportunas nem úteis, e despertar entre os clérigos e os leigos essas divisões que a caridade e a prudência aconselham a evitar».

No dia 5 de fevereiro seguinte, o padre Balsari, armado desses testemunhos, escreve ao Papa uma longa carta, em parte para informá-lo e em parte para suplicá-lo, pedindo que o processo de beatificação seja aberto no diocese de Novara e que seja continuado naquele de Trento, onde já tinha começado. Mas nenhuma ação é tomada e tudo é interrompido.

Várias outras tentativas foram feitas posteriormente para introduzir a causa. **Com exceção de Lanzoni, que é o homem da obediência humilde e silenciosa ao Post obitum, nenhum padre geral do Instituto da Caridade abandonou a tentativa de introduzir a causa de beatificação** de seu fundador.

**Após o padre Balsari, a petição apresentada pelo padre geral Giuseppe Bozzetti durante o pontificado de Pio XII terá o mesmo resultado que a de 1928.** Ali também, tudo estava pronto para a abertura do processo informativo no diocese de Novara, e o **postulador já estava nomeado na pessoa do padre John Hichey.** Mas no dia 4 de julho de 1947, o padre provincial recebe uma carta de Novara: ela é assinada por Dom Giovanni Cavigioli, que «com uma alma profundamente consternada» comunica **a resposta negativa da Sagrada Congregação dos Ritos. É o próprio cardeal Salotti, na qualidade de prefeito da Congregação, que a redigiu e que reafirma o "não"** com base nas mesmas motivações dadas em 1928.



**Uma foto de época do Colle Rosmini com o santuário onde está sepultado o padre de Rovereto e onde se encontra o Colégio que lhe é dedicado.**

**No tempo de João XXIII, a partir de 1962**, o padre geral da época, Giovanni Gaddo, começa a recolher uma série de informações para verificar a oportunidade de uma nova tentativa. **Os contatos com o cardeal Larraona, prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos, com Dom Antonelli, promotor da Fé,** e com o cardeal Ottaviani, secretário do Santo Ofício, têm todos uma saída positiva. **O cardeal Larraona,** em cujas mãos a causa é depositada (pois, segundo a vontade explícita de seu fundador, o Instituto não tem um cardeal protetor) **mostra-se particularmente benevolente.**

O próprio Papa, em sua prudência e solicitude, se interessa pela causa de Rosmini com a intenção declarada de lidar com ela assim que o Concílio fosse concluído, desejando que a causa de Rosmini fosse uma causa histórica e não doutrinária. O novo ambiente é encorajador e o pedido de obtenção do nihil obstat por parte da Sagrada Congregação dos Ritos parte em 17 de setembro de 1962, mas o ímpeto de esperança de alcançar o objetivo é aniquilado pela morte do papa, em junho de 1963.

Enquanto isso, **os Padres conciliares discutem os problemas relacionados à liturgia, e o procurador geral julga bom enviar como homenagem ao cardeal Larraona o livro Les cinq plaies, que aborda essas questões.** Ele acompanha seu presente com reflexões sobre as razões históricas e políticas pelas quais esse livro foi colocado no Index, expressando o desejo de

que «***essa proibição possa ser levantada no momento oportuno***».

Em março de 1965, os contatos para abrir a causa de Rosmini são retomados. Em um encontro com o cardeal Ottaviani, Secretário da Congregação do Santo Ofício, o padre geral ouve: «Vamos começar agora mesmo. Prepare todas as objeções e já adicione respostas a elas, de modo que, quando o processo nos chegar, tudo esteja preparado para uma boa solução. Precisamos buscar pessoas muito competentes».

A petição é enviada em meados de dezembro e é comunicada por meio de **Dom Angelo Dell'Acqua** para obter o consentimento do Papa para a abertura do processo. Por volta de **novembro de 1966, o padre Bolla, rosminiano, procurador do Instituto da Caridade, lembra ao cardeal Larraona** que nenhuma resposta ainda foi recebida, enquanto o padre geral, durante um encontro com Dom Dell'Acqua, portador da petição, questiona sobre esse atraso e recebe como resposta apenas que «são coisas que precisam ser bem refletidas», com o conselho de solicitar uma audiência ao Santo Padre. Mas algum tempo depois, ele faz entender que é melhor desistir. As novas esperanças, alimentadas por essas vozes favoráveis, se apagam como as anteriores, e as razões para esse silêncio permanecem vagas.

Existem nos arquivos gerais rosminienses documentos datados dos primeiros meses de 1971 que comprovam a intenção de reativar a causa de beatificação de Rosmini. **Em 19 de maio, encontra-se de fato um Relatório sobre o problema das "quarenta propostas", apresentado a Dom Giuseppe Del Ton com um Memorando em anexo, enviado ao cardeal Franjo Seper, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé,** no qual se solicita o Nihil obstat. Também no dia 20 de maio, há uma Petição ao papa por parte do padre geral. A resposta do cardeal Seper a Dom Del Ton é datada de 9 de junho e informa que «este Dicastério não concede um Nihil obstat desse tipo em nível preventivo; é por isso que esta Sagrada Congregação se reserva para tratar com a maior imparcialidade a questão da eventual beatificação assim que uma requisição oficial for recebida por parte da Congregação para as causas dos santos».

Os contatos informais para uma nova tentativa são retomados no final do verão de 1971. Dom Del Ton e o cardeal Nasalli Rocca di Corneliano reafirmam ao padre rosminiano Clemente Riva que os círculos do Vaticano, inclusive o Papa, estão favoráveis. Esse mesmo padre recebe orientações precisas sobre o procedimento a seguir por parte de **Dom Frutaz, subscrutador da Congregação para as Causas dos Santos**. É necessário: a Petição ao Papa por parte do padre geral em nome do Instituto, de amigos e especialistas de Rosmini, que enfatizam a personalidade e a utilidade atual da vida santa e do pensamento rosminiano, o Perfil de sua vida e de suas virtudes, a alusão explícita às "quarenta propostas", o Nihil obstat e um Ponente (um cardeal ou mesmo o superior geral) que apresente ao Papa a petição com todo o material.

**Em 24 de maio de 1972, uma Petição é apresentada ao Santo Padre por meio de Dom Pasquale Macchi.** Os signatários são o padre Francesco Berra, procurador do Instituto, e o padre Clemente Riva, vigário do padre geral. No final do mês de maio, Dom Macchi informa que a Petição e a documentação que a acompanha foram corretamente encaminhadas. **Em 18 de novembro de 1972, a Congregação para a Doutrina da Fé se dirige ao padre Cornelio Fabro, estigmatino,** e ao padre rosminiano Clemente Riva (em 7 de dezembro de 1973) para obter a

opinião deles sobre a questão rosminiana.



**O bispo de Novara, Renato Corti (o segundo da esquerda), e o padre Claudio Massimiliano Papa (o segundo da direita), postulador da causa de beatificação, durante a coletiva de imprensa de apresentação da cerimônia de beatificação de Rosmini.**

Dada a complexidade da questão, **uma comissão é constituída em abril de 1974 junto à Congregação para a Doutrina da Fé** para estudar a questão rosminiana e apresentar as conclusões aos membros do dicastério. Fabro e Riva fazem parte dessa comissão. O trabalho continua até meados de 1976 e é apresentado na sessão plenária do dicastério; um grande número de membros parece favorável à abolição do Post obitum, enquanto outros são contrários. O padre rosminiano Clemente Riva deixará a comissão ao ser eleito bispo auxiliar de Roma alguns meses antes da conclusão dos trabalhos.

A Congregação para a Doutrina da Fé, após examinar o caso, não emite um parecer negativo, mas, como relata a Dom Riva **Dom Hamer, secretário da Congregação, decide o *non expedit nunc*** devido à disparidade de julgamento dos consultores. Além disso, convida os especialistas a aprofundar seu conhecimento sobre Rosmini para encontrar uma interpretação que permita levantar a censura.

Há nesta resposta um sério problema: um autor pode ser e permanecer condenado quando a "suprema autoridade" mesmo duvida que esse autor possa estar certo e que possa haver uma interpretação favorável a ele? Essas dúvidas atormentam os especialistas e admiradores de Rosmini.

Com base em novas pesquisas, **em 5 de junho de 1990, o padre geral Giovanni Zantedeschi envia à Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé** a documentação relativa a «novos elementos de avaliação que podem esclarecer a posição exata de Antonio Rosmini em relação às "quarenta propostas" condenadas no decreto Post obitum».

No mês seguinte, o padre Remo Bessero Belti é nomeado como especialista do Instituto, com a intenção de instituir uma comissão de estudos encarregada de reexaminar a questão rosminiana. A procedure seguida pela Sagrada Congregação é a seguinte: numa primeira fase, é apresentada ao especialista rosminiano as dificuldades e as reservas levantadas sobre o pensamento de Rosmini durante a análise anterior, realizada em 1976; em seguida, sua resposta por escrito a essas dificuldades e questionamentos; finalmente, convoca-se a Comissão de estudos, da qual o padre Bessero Belti é membro, com a tarefa de discutir e expressar um parecer sobre o assunto.

O resultado da análise é positivo e permite a redação **da Declaratio de 19 de fevereiro de 1994 com o *non obstare* no sentido de que "se possa abrir a causa de beatificação do servo de Deus Antonio Rosmini, padre fundador do Instituto da Caridade e das Irmãs da Providência". Pode-se ler, ao final do documento, que a "Congregação da fé deverá ser de novo chamada a se pronunciar sobre o julgamento doutrinal definitivo a esse respeito".**

No dia 18 de fevereiro seguinte, o superior geral comunica a **Dom Renato Corti, bispo de Novara**, no diocese do qual começará o processo informativo. O bispo procede à nomeação dos três teólogos e da Comissão histórica para o diocese de Novara, onde Rosmini viveu e morreu, e sugere a constituição de uma comissão idêntica para o diocese de Trento, onde Rosmini nasceu e foi educado. **Em 10 de março de 1994, o decreto de *non obstare* é notificado a todos os bispos da Conferência Episcopal piemontesa**.

Em 1º de julho de 1997, é constituído o Tribunal diocesano para o processo informativo sobre a fama de santidade do servo de Deus Antonio Rosmini e eu, religioso rosminiano, sou nomeado novo postulador geral do Instituto da Caridade e das Irmãs da Providência. A irmã Carla Cattoretti, religiosa das Irmãs da Providência, é nomeada vice-postuladora. Ela deixará esse cargo em 2001, quando for eleita superiora geral. **Em 20 de fevereiro de 1998, conclui-se o processo diocesano e o Transunto é comunicado à Congregação para as Causas dos Santos. Em março de 1999, o padre Ambrogio Eszer, op, me convoca imediatamente e me fornece instruções precisas sobre como conduzir o estudo para compor a Positio.**

Na Instrução comunicada pelo padre Eszer, é indicado que deverão constar como documento, entre os capítulos da bibliografia documental, as "quarenta propostas" condenadas pelo Santo Ofício em 1887, com **uma introdução que prove que as doutrinas condenadas não são as do servo de Deus.** Este capítulo será apresentado **separadamente à Congregação para a Doutrina da Fé, de acordo com o que foi estabelecido pelo excelentíssimo arcebispo Alberto Bovone, secretário da Congregação para a Doutrina da Fé, na carta de 19 de janeiro de 1994 enviada a Sua Excelência Reverendíssima Dom Giovanni Battista Re, substituto na Secretaria de Estado.**

É com esse objetivo que **em 2 de dezembro de 1999, submeto ao relator o capítulo da Positio** que examina as circunstâncias históricas e as conclusões teológicas que levaram ao Post obitum. Este estudo, completamente preparado por mim, busca demonstrar que «o sentido das "propostas" condenadas não pertence de fato à posição autêntica do autor».

***Em 1º de julho de 2001, L'Osservatore Romano publica a Nota da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a "valoração dos decretos doutrinais relativos ao pensamento e às obras do reverendo padre Antonio Rosmini Serbati". A Nota é assinada por quem era então o prefeito da Congregação, o cardeal Joseph Ratzinger.***

Em 1º de julho de 2001, dia do centésimo quadragésimo sexto aniversário da morte do servo de Deus Antonio Rosmini, L'Osservatore Romano publica a Nota da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a «valoração dos decretos doutrinários relativos ao pensamento e às obras do reverendo padre Antonio Rosmini Serbati». Na Nota, após uma investigação histórica e um cuidadoso estudo

do contexto, é declarado: «***Pode-se considerar que os motivos de preocupação e dificuldades doutrinárias e prudenciais que determinaram a promulgação do decreto Post obitum de condenação das "quarenta propostas" extraídas das obras de Antonio Rosmini estão, hoje, ultrapassados. E isso se deve ao fato de que o sentido das propostas, conforme entendido e condenado por este mesmo decreto, não pertence, na realidade, à posição autêntica de Rosmini, mas a conclusões possíveis da leitura de suas obras***». O documento é assinado por quem era então o **prefeito da Congregação, o cardeal Joseph Ratzinger**. Posteriormente, o Santo Padre Bento XVI autoriza a Congregação para as Causas dos Santos, dirigida pelo **prefeito, o cardeal José Saraiva Martins**, a promulgar, em 26 de junho de 2006, o decreto sobre o exercício heróico das virtudes testemunhadas por Antonio Rosmini, e um ano depois, **em 1º de junho de 2007, o decreto sobre o milagre** ocorrido por intercessão do venerável Antonio Rosmini.

Hoje, finalmente, após todo o trabalho realizado, primeiramente pelo **diocese de Novara, ao qual agradeço ao bispo Monseigneur Renato Corti** e sua cúria diocesana, e depois pela congregação para as Causas dos Santos, à qual expresso sempre minha gratidão, começando por seu prefeito já citado, assim como pelo atual secretário Dom Michele Di Ruberto, e a todos que trabalharam para levar a cabo esta difícil causa, ao oferecer ao Santo Padre Bento XVI a documentação necessária para promulgar o decreto de beatificação, cujo anúncio será feito no dia 18 de novembro próximo no diocese de Novara, conforme os novos procedimentos para os ritos de beatificação.

**Claudio Massimiliano Papa (modernista da igreja conciliar)**

---

[34] http://www.30giorni.it/fr/articolo.asp?id=15819

http://www.30giorni.it/fr/articolo_stampa.asp?id=15819

---

Revision #6
Created 2 October 2024 01:10:04 by Admin
Updated 3 October 2024 01:04:28 by Admin